



Agroecologia e sua interface com as políticas de segurança alimentar e nutricional e de mudança do clima

POLICY BRIEF



Realização

IFZ e GPP

Apoio

ICS

Autores

Zeke Beke Júnior (IFZ)

Clayton Campagnolla (IFZ)

Emiliano Graziano (IFZ)

Sergio Paganini (GPP)

Alberto Barretto (GPP)

Simone Ranieri (GPP)

Rodrigo Maule (GPP)

Ana Sbitkowski Chamma (GPP)

O presente documento é uma revisão de aspectos relacionados à viabilidade e necessidade da agroecologia para responder aos desafios estratégicos atuais do setor agrário brasileiro. É dada ênfase especial à sua interface com as pautas do clima e da segurança alimentar.

Tem como objetivo principal contribuir para o debate público sobre a retomada e o fortalecimento das políticas públicas para apoiar o desenvolvimento da agroecologia na ótica da agricultura familiar, tendo como pano de fundo principal: a adequação da agricultura à questão climática, a segurança alimentar da população e o fortalecimento da agricultura familiar.

Foi elaborado a partir da revisão de literatura técnica e científica sobre o atual estágio da agroecologia, em especial sobre a sua contribuição potencial para a questão do clima, e de legislação, normas e programas e relatórios públicos relacionados ao tema; de entrevistas com organizações da sociedade civil que atuam no estímulo à agroecologia e com órgãos públicos federais vinculados ao assunto; de subsídios colhidos da participação no 12º Congresso Brasileiro de Agroecologia, entre outros. O Documento final foi resultado de sucessivas versões atualizadas a partir das contribuições críticas e de novos conteúdos sugeridos em reuniões com o corpo técnico do IFZ e do GPP.

PNAPO, SEGURANÇA ALIMENTAR E CLIMA

A agroecologia busca formas de produção mais integradoras nos territórios, que otimizem e preservem seus recursos naturais internos, reduzindo a dependência do uso de insumos externos para a produção e visando maior sustentabilidade.

O contexto atual tem colocado pressão para que a jovem agroecologia apresente resultados práticos e comprovados, que permitam não só modificar aspectos isolados da chamada agricultura moderna¹, mas que viabilizem uma mudança no sistema de relação da agricultura com os ecossistemas (meio ambiente).

Visando contribuir com os agentes públicos e privados que atuam no fomento à agroecologia, são apresentadas avaliações e proposições referentes à **Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO)** e considerações sobre sua interface com os instrumentos de políticas de segurança alimentar e nutricional e de mudança do clima.

O estudo **“Agroecologia e sua interface com as políticas de segurança alimentar e nutricional e de mudança do clima”** aponta cinco grandes ações para desenvolvimento da agroecologia no Brasil:

- 1. Realizar avaliação de desempenho dos Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPOs) e apontar os principais desafios para sua melhoria**
- 2. Identificar e caracterizar pontos críticos para a transição agroecológica de agricultores familiares**
- 3. Descrever mecanismos para implementar a agroecologia com abordagem territorial e integrada**
- 4. Explorar o papel da agroecologia na adaptação/resiliência e mitigação das mudanças climáticas**
- 5. Propor integração e sinergias entre a PNAPO e as políticas de segurança alimentar e nutricional e de mudanças climáticas**

¹ Neste documento, a designação “agricultura moderna” se refere àquela que é realizada com base na adoção das tecnologias preconizadas pela Revolução Verde, como o uso de sementes melhoradas geneticamente, maquinários agrícolas e agroquímicos, geralmente em monocultivos com o objetivo de aumentar as produtividades agrícola e do trabalho.

1. Realizar avaliação de desempenho dos PLANAPOs e apontar os principais desafios para sua melhoria

Os dois **Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO)** aprovados, referentes aos períodos 2012 a 2015 e 2016 a 2019, foram iniciativas do governo federal com apoio popular para definir e coordenar políticas públicas para o desenvolvimento da agroecologia. Os Planos conseguiram reunir um conjunto de ações existentes e de demandas dos diversos movimentos identificados como agroecológicos, mas faltou definir detalhadamente como essas ações seriam coordenadas, aplicadas nas localidades e avaliadas nos seus resultados finais. **Uma nova edição do PLANAPO deveria considerar as seguintes recomendações de aperfeiçoamento:**

- i. estabelecer estratégias metodológicas precisas em relação aos critérios de constituição dos territórios para transição agroecológica e à articulação no tempo e na sequência adequados da aplicação das políticas públicas, de acordo com as metas pretendidas;
- ii. incluir abordagens técnicas do processo de produção agroecológica, no sentido de criar maior unificação técnico-conceitual, garantindo, ao mesmo tempo, o resgate de conhecimentos tradicionais e estabelecendo identidade da agroecologia com relação a outras formas de agricultura;
- iii. vincular mais a agroecologia aos esforços de adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e de recuperação de terras agrícolas em processo de degradação e exclusão do processo produtivo, identificando manejos e estabelecimento metas, por exemplo, em relação a emissões e sequestro dos gases de efeito estufa (GEE);
- iv. estabelecer potenciais e metas quantitativas e qualitativas de oferta local de alimentos saudáveis a partir do desenvolvimento de sistemas agroecológicos nos territórios de transição agroecológica, que contribuam com o esforço de combate à fome e à desnutrição;
- v. aumentar a participação articulada dos programas públicos de apoio produtivo a fundo perdido e de compra direta da produção para o incentivo financeiro a iniciativas de transição para sistemas agroecológicos dos agricultores familiares, tendo em vista o baixo desempenho inicial do crédito bancário do Pronaf direcionado ao financiamento de empreendimentos agroecológicos e a dificuldade de obtenção de recursos para custeio dos agricultores que estejam em transição;
- vi. criar incentivos específicos para a inclusão e engajamento de mulheres e jovens no processo de transição agroecológica, devido ao seu papel relevante na família e na continuidade das atividades produtivas;
- vii. considerar, nos cálculos de sustentabilidade econômica do agricultor familiar agroecológico, uma composição de renda que, além da venda de produtos agropecuários e extrativos, leve em conta a prestação de serviços ambientais e outras fontes que contribuam para a estabilidade e permanência do agricultor no seu empreendimento agroecológico;

3. Identificar e caracterizar pontos críticos para a transição agroecológica de agricultores familiares

O movimento agroecológico tem aumentado sua repercussão na medida em que o sistema agrícola predominante tem apresentado impactos na emissão de GEE (gerando aquecimento global) e na poluição ambiental (pelo uso excessivo agrotóxicos), favorecido a concentração da produção e processamento com efeitos na distribuição e na qualidade nutricional dos alimentos (com perda de diversidade e aumento dos resíduos químicos) e excluído grandes quantidades de agricultores familiares do processo produtivo.

Estudos científicos e resgate de experiências de sistemas agrícolas de comunidades tradicionais mostram a viabilidade da agroecologia. Entretanto, **gargalos precisam ser superados** para a multiplicação dessa tecnologia entre os agricultores familiares. A maioria deles foi apresentada no tópico anterior, que tratou do apoio necessário de políticas públicas adequadas, mas alguns devem ser ressaltados:

- i. considerar a agroecologia como uma ação territorial e não apenas do produtor individual, já que a ideia de adequar a agricultura aos ditames ecológicos exige a abordagem de sistemas (ecossistemas e agroecossistemas) que não pode se realizar apenas em uma propriedade ou a um conjunto aleatório e desconexo de propriedades;
- ii. investir no resgate e documentação de experiências exitosas, pesquisa dirigida e qualificação da assistência técnica e extensão rural em agroecologia, de modo a fazer crescer e se difundir um conjunto de conhecimentos mais seguro e consistente de viabilidades locais/territoriais de sistemas de produção agroecológicos;
- iii. ousar trabalhar a agroecologia fora dos parâmetros tradicionais de política agrícola (crédito bancário vinculado a pacotes tecnológicos fechados e balanços contábeis exclusivamente baseados em produção agropecuária, por exemplo) e ampliar os parâmetros para a análise da sustentabilidade da atividade agroecológica (serviços ambientais prestados, impactos sociais e outras rendas e meios de sobrevivência diversificados, por exemplo). Deve-se pensar em uma política agrícola própria para a agroecologia que considere também as diferenças regionais e potencial de adoção de práticas agroecológicas pelos agricultores familiares.



4. Descrever mecanismos para implementar a agroecologia com abordagem territorial e integrada

A abordagem territorial é um conceito importante para o ordenamento da atividade agrária de um país e muito de sua necessidade vincula-se às diferenças de ambientes naturais em que ocorre a agricultura, já contendo, desde o início, a ideia de potenciais e restrições dos biomas e ecossistemas para essa atividade. O Brasil tem experimentado incluir a abordagem territorial em algumas políticas públicas, mas, de modo geral, com resultados ainda distantes do esperado.

A implementação da agroecologia com abordagem territorial deve, portanto, não repetir o uso do conceito de território de forma genérica e não estratégica, mas considerar os seguintes pontos:

- i. em primeiro lugar, definir parâmetros claros para a delimitação de territórios para fins de transição agroecológica considerando os fundamentos centrais da agroecologia, em especial o conceito de agroecossistema (que relaciona o ecossistema e o sistema agrícola);
- ii. identificar espaços rurais onde se possa desencadear de modo sistêmico transições agroecológicas, priorizando, para efeito de políticas públicas, aqueles territórios que apresentam melhores potenciais para se iniciar o processo;
- iii. estabelecer estruturas de gestão territorial participativas e eficazes que se estruturam a partir de capacidades locais (com apoio municipal, estadual e federal) com representatividade e capacidade de gerir a transição agroecológica considerando as metas estabelecidas para o território;
- iv. conceber plano territorial de transição agroecológica que estabeleça diagnóstico socioambiental e produtivo, metas de transição agroecológica (produtivas, ambientais/climáticas, alimentares, sociais e econômicas) e estrutura de participação e gestão da execução do plano;
- v. criar mecanismos eficazes de monitoramento e aferição de resultados agroecológicos para o território que permitam revisar e corrigir constantemente os planos territoriais, bem como as políticas públicas que os apoiem.



5. Explorar o papel da agroecologia na adaptação/resiliência e mitigação das mudanças climáticas

Estudos científicos nacionais e internacionais têm apontado caminhos em relação ao manejo agropecuário e às mudanças de uso e cobertura das terras que terão impacto na redução das emissões de GEE da agricultura e mesmo no sequestro de carbono atmosférico pela atividade, contribuindo para mitigação do aquecimento global. Entre esses caminhos principais pode-se destacar:

- i. aumentar a quantidade de carbono no solo pela adição contínua de matéria orgânica e realizar o manejo adequado do solo de modo a controlar a conversão da matéria orgânica novamente em CO₂ e o seu conseqüente retorno à atmosfera (lembrando que o solo é um dos maiores reservatórios de carbono da natureza);
- ii. manter e aumentar o estoque de carbono da biomassa vegetal interrompendo o desmatamento, restaurando Áreas de Preservação Permanente (APP) e áreas de Reserva Legal (RL) nas propriedades rurais e convertendo o uso de terras em florestas e outras combinações de vegetações que aumentem o sequestro de carbono atmosférico em relação a uso anterior;
- iii. substituir o uso de adubos nitrogenados que resultam na emissão do óxido nitroso, que tem potencial de efeito estufa 265 vezes superior ao CO₂.

As práticas agroecológicas que têm se consolidado convergem para atender a esses caminhos, podendo-se destacar, entre outras:

- redução do uso de insumos externos e promoção sistemática da ciclagem de nutrientes dentro do agroecossistema, que resulta em uma contínua produção de biomassa e incorporação de matéria orgânica ao solo associadas a um controle do uso dos nutrientes por meio da diversidade (policultivos), consórcios e sucessão (rotação) de cultivos e criações;
- disseminação da adoção de sistemas agroflorestais, principalmente em áreas com degradação ambiental (áreas de pastagens degradadas ou de agriculturas de baixo rendimento por exaustão dos solos) resultando no aumento significativo da biomassa vegetal e o conseqüente sequestro de CO₂;
- aperfeiçoamento do extrativismo manejado segundo princípios agroecológicos, contribuindo para manter e dar destinação econômica a florestas e outras formações nativas, diminuindo o risco da sua destruição e conversão da biomassa em CO₂.
- Promoção, a partir do manejo agroecológico, de microclimas que atenuem localmente os efeitos do aquecimento e da alteração dos ciclos hidrológicos, viabilizando a continuidade de cultivos e criações em regiões que já sofrem os efeitos dessas alterações.

6. Propor integração e sinergias entre a PNAPO e as políticas de SAN e de mudanças climáticas

Por aquilo que foi apresentado até aqui pode-se concluir que **a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) apresenta forte sinergia tanto com a política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) quanto com a de mudanças climáticas.**

Entretanto, a integração entre elas é ainda muito tênue. Para que venham a cooperar para um desenvolvimento mútuo mais consistente pode-se relacionar, entre outras, as seguintes medidas:

- i. obter o reconhecimento formal, com consequente adequação de políticas, das áreas de segurança alimentar (p. ex.: compras governamentais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA) e de mudança climática (p. ex.: Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima e Programa RenovAgro), de modo a incorporar o modelo agroecológico, associado a medidas atraentes aos produtores nas soluções que almejam em seus campos específicos de atuação;
- ii. relacionar os recursos técnicos e financeiros alocados em programas dessas duas áreas para que possam, de imediato, ser integrados ao apoio público para a realização das transições agroecológicas nos territórios delimitados e trazê-los para o âmbito dos PLANAPOs;
- iii. envolver a expertise técnica específica das áreas de segurança alimentar e mudança climática na definição de metas alimentares e climáticas que os modelos de transição agroecológica podem (ou devem) realizar nos territórios definidos;
- iv. estabelecer estrutura específica na Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) para a gestão e controle social da integração entre as políticas que apoiam a transição agroecológica para monitoramento, avaliação de desempenho e correção das medidas implementadas.

